



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA N.º 40/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas 21H15, nas instalações do Vitória Clube Quintinhas, sitas na rua Eugénio Salvador, nº 46, na Freguesia da Charneca de Caparica, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia (Continuação):
 - 3.2 – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para a Subcomissão de Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);
 - 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2023”;
 - 3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;
 - 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município à Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES)”;
 - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Pragal, por um período de dois anos”;
 - 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Monte de Caparica, por um período de dois anos”;
 - 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda (26 de setembro de 2021 a 25 de setembro de 2022)”;
 - 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal (22 de agosto de 2021 a 21 de agosto de 2022)”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Gonçalves, pelo 1º Secretário Ivo Almeida e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Cuvaneiro (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as, Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Ana Luisa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Maria Amélia Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Inês Pizarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS), Eduardo de Sousa Magalhães da Costa (PS) por impedimento de Catarina Isabel Garcia Paulino (PS), José António Lino Craveiro (PS) Alexandra Cláudia Vasco Serra (PS), Ana Cláudia Dias Ribeiro (PS), Filipe Alexandre das Neves Passos (PS) e Alina Moscovciuc (PS); António Paulo Júnior (CDU); António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU); Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU); Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 –O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Vitor Miguel Pereira Lourenço.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, da Senhora Vereadora Francisca Parreira, do Senhor Vereador José Luís Bucho e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua,

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes
“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 – Usou da palavra a Senhora Múncipe Carla Sofia Henriques.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Carla Sofia Henriques:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vim hoje a esta Assembleia Municipal na qualidade de múnice, falar de um problema que tenho na minha rua e que diz respeito ao saneamento básico.

Na minha rua não há uma ligação à rede pública de esgotos, eu sou proprietária de dois imóveis nessa rua, a minha casa onde eu vivo que é a minha habitação permanente, tem licença de utilização, mas apesar de ter licença de habitação tenho que usar uma fossa, desde 2016 que tento quer junto dos SMAS, quer junto da Câmara Municipal, que esta situação seja resolvida porque o saneamento básico é um direito e que não está a ser prestado às pessoas que moram na rua dos Lusíadas no Botequim aqui na Charneca de Caparica.

Por outro lado, sou proprietária de outro imóvel na mesma rua, em que neste tenho uma situação diferente. Este imóvel quando o adquiri não tinha licença de utilização, eu fiz as diligências necessárias junto da Câmara Municipal para licenciar este imóvel, e a informação que me dão, é que o imóvel não pode ser licenciado se tiver



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

apenas fossa. No entanto, da parte dos serviços dos SMAS e da Câmara Municipal, não se pretende fazer pelo menos para já essa ligação. Portanto, temos aqui uma situação de pescadinha de rabo na boca. Por um lado, um imóvel que não esteja ligado à rede pública, não pode ser licenciado ou não pode ser legalizado, no entanto, a Câmara Municipal, não faz as diligências no sentido de fazer a ligação ao saneamento básico.

E era isso que eu gostava de perguntar a esta Assembleia Municipal, para quando a ligação neste caso da minha rua em concreto, mas depois de todo o Município ao saneamento básico, uma vez que o saneamento básico é um direito essencial.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora munícipe Sofia Henriques, relativamente ao seu caso em particular, se nos deixar ali na Mesa o número do processo eu posso tentar ir ver, neste momento não estou em condições de lhe responder em particular. O Senhor Vereador com essa área hoje não pode estar presente e, portanto, neste momento não lhe posso responder.

Posso, no entanto, apenas acrescentar, que é uma preocupação obviamente da Câmara Municipal, e minha e de todo o executivo, a quantidade de território de Almada que não tem de facto, saneamento básico. Não tem saneamento básico, tem fossas, fossas feitas às vezes não sabemos em que condições, como sabe, tem furos da água às vezes feitos, não sabemos exatamente em que condições e que, como deve imaginar estamos a falar de algo que tem que ser feito, mas que não poderá ser feito de um dia para o outro, porque a dimensão é imensa. O que eu lhe posso dizer neste momento, é que partilho da sua preocupação e da obrigação em muitos casos de haver um saneamento básico e um território que funciona como deve ser.

Relativamente ao seu caso em particular, e se está com um processo, pelo que eu percebi em andamento, peço é que deixe o número do processo e eu tentarei ver o que é que se passa e o que é que os serviços lhe responderam, porque neste momento de facto, não estou em condições de lhe responder. Mas sim, uma das prioridades que temos, é de começar a estabelecer um calendário para irmos melhorando esta situação. Mas é uma situação complicada e de longa resolução e ainda bem que muitas vezes também são os próprios empreendimentos privados, os investimentos, as próprias pessoas se dispõem para ajudar e muito obrigada pela sua intervenção.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dirigir uma pergunta à Senhora Presidente da Câmara Municipal, porque já várias vezes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativamente a esta questão que foi colocada pela Senhora Múncipe, diz que o Concelho de Almada tem uma vastíssima área não coberta pelo saneamento básico. A pergunta é muito simples, é se a Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos consegue dizer qual é exatamente essa área do Concelho de Almada que não é coberta pelo saneamento Básico?

5.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, tenho todo o gosto de pedir aos serviços esse levantamento. Mas, estranho que o Senhor Deputado não conheça esses mapas, aliás, é bastante preocupante dado as responsabilidades que teve durante tanto tempo. Eu acho que poderá perguntar a alguns dos seus camaradas que tiveram responsabilidade nessa área. Mas aqui à volta eu estou em crer que não haverá grande percentagem. Mas tenho todo o gosto em pedir aos serviços esse levantamento, aos SMAS neste caso, mas também ao Serviço do Urbanismo. Neste momento não tenho de facto o mapa, mas garanto que tenho todo o gosto em oferecer-lhe o mapa para



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

compensar os anos em que não soube o que se passava em Almada e exercia funções nestas matérias. Nunca é tarde para aprender Senhor deputado Municipal.”

5.3.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dizer à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que nós fizemos esta pergunta precisamente porque conhecemos muito bem a realidade. E registamos o facto de a Senhora Presidente que é há seis anos Presidente da Câmara Municipal de Almada, não a conhecer. Nós conhecemos muito bem essa realidade.”

5.3.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, eu não vou prolongar o debate, mas acho que tem aqui uma munícipe com quem pode conversar. É que nós falamos com as pessoas, não falamos só entre camaradas, está a perceber? Não vivemos numa realidade alternativa, vivemos com as pessoas e ouvimos as pessoas, que foi o que aconteceu. O que fica aqui provado é que o Senhor acabou de não ouvir nada do que esta munícipe aqui trouxe como tema. Eu não digo outra coisa senão reiterar o que disse a Senhora munícipe.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (continuação)

6.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

6.1.1 – Para apresentar o Relatório da 1ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE);

6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Comissão realizou uma reunião no dia 24 de abril de 2023. Nesta reunião começou por ser apresentado o Relatório e Conta de Gerência Wemob relativos ao exercício de 2022, tendo sido abordados temas de relevância para os municípios, nomeadamente o reforço da rota do flexibus, o atendimento ao público, a aquisição de equipamentos de segurança, e o funcionamento dos parques de estacionamento. A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros, estendeu uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores, e lembrou os efeitos da pandemia no desempenho da empresa, ainda que os salários dos trabalhadores nunca tivessem estado em causa. Foi ainda referida a existência de um processo em curso ao nível das carreiras e que a Wemob detém uma visão de investimento que é partilhada pela Câmara Municipal de Almada.

Nesta reunião, foi também apresentado o Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2022, através de uma análise aos documentos disponíveis em consulta pública, e onde foi referido que o ano de 2022 ficou marcado pelo conflito armado na Ucrânia e, conseqüentemente, por um aumento da inflação que condicionou o custo da energia, explicando assim o seu aumento progressivo no passado recente. A Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que os SMAS fizeram um grande esforço de não cobrança de água aos municípios, e salientou que para os resultados de 2023 iria haver diferença na forma como seriam apresentados.

Deu-se igualmente a exposição do Relatório e Demonstrações Financeiras e Orçamentais relativos ao ano de 2022, onde se revelou que o processo de transferência de competências na área de educação, em particular, teve um impacto bastante significativo nos resultados ali analisados.

A reunião deu-se por terminada com a análise da Primeira Alteração Modificativa do Orçamento de 2023 e Anos Seguintes, relativa ao SMAS, em que foi dada uma explicação sucinta sobre a integração das referidas operações orçamentais.

O detalhe das exposições, as questões suscitadas e as subseqüentes respostas podem ser consultadas na Ata desta reunião.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.2 – Para apresentar o Relatório da 2ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS);

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O presente relatório aborda as reuniões da Assembleia Municipal de Almada, realizadas durante o primeiro semestre de 2023, duas reuniões nos dias 23 de março e 12 de abril de 2023. Nessas reuniões foram discutidos aspetos relevantes da atividade municipal, no âmbito de ação da comissão, com destaque para a apresentação e discussão do Relatório do Festival "O Sol da Caparica". Bem como, a apreciação sobre a proposta de "Regulamento de Apoio à Criação Teatral". Relativamente à análise do "Relatório do Festival 'O Sol da Caparica'", foram feitas intervenções pelos representantes de todas as forças políticas, tendo sido assinalados como aspetos negativos a demora na entrega do documento, alguns detalhes formais relativos à organização do Relatório, questões relacionadas com a venda dos bilhetes para os cidadãos de Almada, dificuldades com as acessibilidades e estacionamento. A Câmara Municipal esteve representada na reunião pela Sra. Presidente da Câmara, Inês de Medeiros, e pelo Sr. vereador José Pedro Ribeiro, abordando algumas falhas pontuais, deram nota de que a edição correu de forma globalmente positiva, tendo enfatizado que nenhum relatório das entidades de socorro e segurança relatou quaisquer incidentes. Também os deputados municipais do Partido Socialista referiram que o festival continua a ser uma referência e que, havendo sempre margem de melhoria, Almada se pode orgulhar de apresentar um festival para toda a família e que se continua a afirmar como referência incontornável panorama cultural e no circuito dos festivais de verão. O Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, José Ricardo Martins, deu nota que na edição de 2023 os problemas de estacionamento seriam mitigados, pelo facto de não se prever a realização da feira à entrada da Costa da Caparica em 2023, liberando 200 lugares de estacionamento. Foi notado que todas as forças políticas se encontram empenhadas no sucesso do festival, apesar de algumas preocupações expressas. No que concerne ao tema do "Regulamento de Apoio à Criação Teatral", foram discutidos os critérios de apoio a companhias locais, sendo mencionada a importância de se salvaguardarem critérios de criatividade e originalidade. Tendo a apreciação global sido favorável e sendo sublinhada a importância da existência de critérios claros e, tanto quanto possível, objetivos.”

6.1.3 – Para apresentar o Relatório da 3ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS);

6.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No primeiro semestre foi realizada uma reunião a 19 de junho onde o então presidente desta comissão Ivan Gonçalves informou que tendo sido eleito presidente da assembleia municipal de Almada o PS decidiu substituí-lo na Presidência da Comissão pelo eleito Sérgio Bastos.

Nesta reunião foi abordado o tema da Revisão do PDM, que é um assunto que está em cima da mesa, tendo sido decidido convocar a Senhora Presidente da CMA, Inês de Medeiros para a próxima reunião da 3ª comissão, uma vez que tem a pasta da Revisão do PDM, para informar a Comissão sobre o andamento dos trabalhos.

Vários membros da comissão referiram a possibilidade de criação de uma Comissão específica para acompanhamento da revisão do PDM, tendo o PS referido que não seria necessário criar uma Comissão específica para acompanhar a revisão do PDM, uma vez que esta comissão também tem por objeto o acompanhamento do PDM

Foram ainda abordadas as questões relacionadas as irregularidades Urbanísticas da Cova do Vapor e a necessidade de se ouvir a APA (Agência Portuguesa do

Foi ainda referido a necessidade de reunir com o ICNF e que tal reunião deveria ser em conjunto com a 5ª Comissão da AMA, devido a existência de várias temáticas cruzadas.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.4 – Para apresentar o Relatório da 4ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD);

6.1.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No cumprimento do Artigo 89º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, vem a 4ª. Comissão Permanente apresentar o seu Relatório de Atividades.

Assim, neste período a Comissão decidiu realizar reuniões com o Sr. Vereador Nuno Matias para se inteirar das ações a implementar pela CMA durante o ano de 2023, com a Associação de Comerciantes, Delegação de Almada, que apesar de já se encontrar solicitada já há algum tempo ainda não se obteve resposta da Associação. Decidiu também reunir com o Madan Parque e os nómadas digitais, ouvir também as organizações de Coworking e efetuar visitas a todos os mercados municipais.

No seguimento destas decisões a 4ª Comissão reuniu com o Sr. Vereador da CMA, Nuno Matias, responsável pelas áreas do Turismo, Mercados e Comércio, que efetuou uma apresentação aos deputados municipais, tendo sido informado que se encontram em curso diversas ações com destaque para a aquisição de Postos de Turismo Virtuais, de nova Sinalética Turística, bem como de Soluções de Realidade Aumentada, sendo que na altura aguardavam disponibilidade orçamental.

A respeito da edição de 2023 da Bolsa de Turismo de Lisboa foi comunicado que a mesma se realizaria de 1 a 5 de março, estando previsto a participação da CMA com um stand próprio. Foi acrescentado que a CMA iria organizar também o Trafaria ComProva, o Concurso Gastronómico Sabores de Almada e o Magusto no Jardim do Castelo, entre outros eventos e ações.

Durante o ano de 2023 será apresentado o projeto do novo Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais que se pretende adequar às novas realidades e também às alterações da legislação entretanto decorrentes.

Serão também lançados os concursos públicos de ideias para os Mercados Municipais de Almada e da Costa da Caparica. Pretende a CMA também implementar a marca “Mercados de Almada”, tendo como objetivo a criação de identidade própria e também de um plano de comunicação que abranja a melhoria e modernização da sinalética dos mesmos.

Pretende-se realizar a dinamização do Mercado da Cova da Piedade, procurando atribuir uma nova utilização para o piso 1, com dinamização do espaço exterior tendo em vista atrair novas atividades e valências.

Relativamente a obras e melhoramentos nos mercados pretende-se realizar a construção de instalações sanitárias no Mercado da Costa da Caparica, beneficiação, Manutenção e eventual ampliação no Mercado da Sobreda, recuperação da cobertura, modernização da iluminação e instalação de portas automáticas no Mercado do Monte da Caparica, modernização da iluminação e instalação de elevador no Mercado da Trafaria e recuperação da cobertura do Mercado da Charneca da Caparica.

Na visita realizada ao Mercado Municipal do Feijó os deputados municipais constataram a necessidade de algumas obras no piso que apresenta alguma deterioração, encontravam-se vagas 14 lojas das 30 existentes, informando a CMA que com a aprovação do novo Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais se julga vir a ser resolvido a questão das dificuldades de atribuição dos lugares desocupados, situação semelhante ocorre em vários mercados.

No que respeita ao Mercado Abastecedor verificou-se que a cobertura se encontra bastante degradada e que quando chove o seu funcionamento se torna complicado nos espaços exteriores. O edifício também se apresenta bastante danificado e existe a necessidade de instalação de nova iluminação. A CMA tem de tomar decisões sobre a continuidade e existência deste mercado e até a sua possível deslocalização.

Na visita ocorrida ao Mercado de Almada verificou-se que o mesmo tem 15 operadores que ocupam 21 bancas. Um dos problemas deste mercado prende-se com a requalificação necessária e que as lojas atualmente viradas para o interior possam no futuro estar viradas para o exterior. No piso -1 encontram-se desativadas as caves. Previsto concurso de ideias para a sua requalificação.

No Mercado da Cova da Piedade, verificou-se a necessidade de colocar uma porta nova numa das entradas e neste momento existem 3 operadores de peixe e 6 hortícolas, para além da existência de várias lojas ocupadas através de contratos de comodato que urge desocupar para dar início a uma nova dinamização do espaço,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

potenciando a atração de novos clientes tornando o espaço mais atrativo. Das 51 bancas apenas se encontram ocupadas 8 e 1 talho.

No Mercado da Charneca de Caparica as informações prestadas prenderam-se com o investimento nas obras que a União de Freguesias ali desenvolveu no valor de cerca de €7.000 e na necessidade de substituição do quadro elétrico geral por quadros individuais por bloco de bancas. Existe uma biblioteca para promoção da cultura. Têm 32 módulos todos eles ocupados, os restantes são as bancas de peixe. É efetuada a separação do lixo e há uma área de recolha de biodegradáveis. Pretende-se melhorar e ajustar as condições para descargas. Na área de subprodutos a CMA instalou aí uma arca frigorífica. Na zona onde se realiza o mercado de levante existem cerca de 100 vendedores, com maior intensidade ao domingo.

No Mercado da Sobreda pretende-se aumentar o número de bancas, já que as que existem se encontram todas ocupadas. Os sanitários estão em bom estado. Trata-se de um mercado moderno com boa apresentação e muita limpeza.

No Mercado da Costa da Caparica foram identificadas algumas das necessidades que este apresenta. Trata-se de um equipamento que tem cerca de 60 anos. Há problemas com a humidade existente nas escadas de acesso ao 1º andar. Foi colocado um novo telhado em 2020, mas que não resolveu totalmente o problema, o chão tem buracos, as bancas estão desajustadas à realidade sendo necessário estabelecer a indispensável adequação. No que se refere ao 1º andar este tem vindo a servir como arrecadação para os operadores. As arcas frigoríficas foram instaladas há dois anos, mas têm alguns problemas. Existem poucas bancas ocupadas. Presidente da Junta de Freguesia propõe que se realizem obras para mitigar os problemas, sendo necessário tornar o mercado mais atrativo. Durante a visita, em dia de semana, apenas duas bancas de peixe estavam a ser usadas, sendo que ao fim de semana estão ocupadas quatro, três de peixe e uma de marisco. Existem algumas infiltrações na zona da peixaria. As casas de banho são usadas de forma pública durante o dia.

No Mercado da Trafaria, constataram-se algumas necessidades, sendo que as principais têm a ver com a alteração da iluminação, da instalação de um elevador para o 1º andar e de uma porta nova. Está prevista a ocupação para breve de todas as lojas situadas no 1º andar. Este mercado sofreu obras de beneficiação durante o mandato de 2009-2013. Também estão previstas obras nos sanitários.

No Mercado do Monte de Caparica identificou-se alguma preocupação dos feirantes em que se viesse a acabar com o mercado levante. Encontram-se em fase de adjudicação a instalação de portas automáticas para as diversas entradas do mercado. É prioritário que altere o sistema de iluminação. Vive-se alguns problemas de insalubridade numa das zonas do mercado e tem de se procurar encontrar formas de resolver essa situação de abandono. Existia a necessidade de colocação de um ATM, entretanto resolvida.

Na visita ao Mercado de Levante do Feijó, verificou-se que a gestão do mesmo é realizada por uma empresa através de um protocolo com a CMA. A ocupação dos espaços é atribuída a pedido, com renovação. O pagamento é feito ao dia, sendo que a média de pagamentos é de €22 por mês ou de €27,5 conforme o número de domingos (4 ou 5). Cada um dos espaços tem cerca de 55 m², existindo nesta altura cerca de 42 feirantes registados. Faltam passadeiras nos acessos às entradas do mercado. Existem alguns problemas de estacionamento, sendo que registamos algumas reclamações dos operadores nesse sentido.”

6.1.5 – Para apresentar o Relatório da 6ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU).

6.5.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada no primeiro semestre do ano 2023.

Assim,

Na reunião ocorrida aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, por solicitação dos cidadãos representantes da petição pública “Pela supressão do pagamento de portagens até ao nó da Queimada na A33”, foi apresentada esta mesma



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

petição que data de 2012, considerando os prejuízos para os moradores de várias zonas da Charneca da Caparica. Os cidadãos manifestaram a sua indignação sobre o que consideram um abuso para os utilizadores da A33 residentes na Charneca da Caparica. A petição apresentada na Assembleia da República obteve como conclusão final um parecer que não vai ao encontro do reivindicado.

Ficou o compromisso por parte dos deputados municipais de procurar soluções para a situação apresentada, assumindo a Comissão o agendamento de reuniões com várias entidades com competência nesta matéria.

Conforme consta na ata n.º 12/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos doze dias do mês de maio de dois mil e três, nas instalações do Ministério das Infraestruturas, na qual a Comissão foi recebida pelo Secretário de Estado, Frederico Francisco, foram abordadas diversas matérias na área da mobilidade e transportes, nomeadamente a questão sobre a abolição das portagens na A33, a ponte rodoferroviária Chelas-Barreiro, a possível travessia Algés-Trafaria, a extensão do metro ligeiro de superfície à Costa da Caparica e a estação ferroviária em Vale Flores.

Sendo consensual por parte dos deputados da Comissão o investimento público necessário num conjunto de equipamentos e infraestruturas que trariam benefícios à mobilidade, ambiente e desenvolvimento regional no quadro da Área Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal, ligando a margem norte com o arco ribeirinho sul, a questão da eliminação das portagens na A33 é admitida como possível, por parte do Secretário de Estado, mas no quadro da nova negociação com a eventual deslocalização do pórtico do nó da Queimada, pois em toda a extensão da via, tal opção, traria perda de receitas para a empresa concessionária.

Sobre a extensão do metro ligeiro de superfície à Costa da Caparica e da construção da estação ferroviária em Vale Flores serão admitidas estas possibilidades no âmbito da abertura da negociação com os concessionários gestores deste modo de transporte.

Conforme consta na ata n.º 13/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião realizada no dia vinte e quatro de maio de dois mil e três, na Assembleia da República, os deputados municipais foram recebidos pela 6.ª Comissão parlamentar, para abordar a questão da abolição do pagamento de portagem no nó da Queimada na A33, na Charneca da Caparica.

Da intervenção dos deputados municipais ficou clara a intenção de repensar a deslocalização deste nó especificamente, sendo objetivo de algumas forças políticas que toda a extensão da A33 seja isenta do pagamento de portagem, considerando a lógica de desenvolvimento regional, melhoria da mobilidade e qualidade ambiental, corroborada pela maioria dos deputados da Assembleia da República, embora referindo a questão de negociação com a concessionária desta via seja complexa, o que impede que seja atendida a reivindicação dos utilizadores da A33 e população residente nas zonas abrangidas pelos pórticos. Em conclusão desta audição, ficou estabelecido por parte dos deputados municipais que irão continuar a desenvolver contactos com as entidades competentes para encontrar soluções sobre esta matéria específica, assim como sobre outras questões relacionadas com o desenvolvimento de um plano de mobilidade e transportes na Área Metropolitana de Lisboa onde o Concelho de Almada se insere.

Conforme consta na ata n.º 14/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.”

6.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da ordem de trabalhos, relativo à Eleição de Representante da Assembleia Municipal para a Subcomissão de Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);

6.2.1 – Deu entrada na Mesa 1 proposta de candidatura designada por Lista A.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta por voto secreto, tendo se verificado os seguintes resultados: Lista A com 21 votos sim e 16 votos em branco através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, elege como representante da Assembleia Municipal de Almada na Subcomissão de Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, do RJAL, anexo I à Lei nº 75/2023, de 12 de setembro e da alínea a), do nº 3, do artigo 7º do Regimento da Comissão Municipal de Proteção Civil de Almada:

Representante Efetivo: Deputada Municipal

Margarida Ramires Paulos

Representante Suplente: Deputado Municipal

Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva

6.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2023”;

6.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra O Senhor Vereador Filipe Pacheco;

6.3.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta de Contrato-Programa, que aliás, já foi aprovada em reunião de Câmara Municipal, surge num contexto de, no dia 5 de dezembro do ano passado, a Câmara Municipal ter aprovado em reunião de Câmara o Plano de Atividades e Orçamento da WEMOB para este ano de 2023, e subseqüentemente, a Assembleia Municipal também ter aprovado esse mesmo Plano de Atividades e Orçamento, e como parte integrante desse Plano, incluía-se aquilo que é a proposta de Contrato-Programa, que hoje trazemos aqui a esta reunião e que mantém inalterado aquilo que é o valor passado através deste Contrato-Programa, existindo aqui algumas alterações daquilo que são os pontos da verba a que se destina.

Desde logo, estamos a falar do Contrato-Programa que tem verba para o serviço do Flexibus, também verba destinada à gestão e exploração dos cinco parques de estacionamento subterrâneo, também verba destinada à gestão e exploração do Parque de Estacionamento da Afonso Henriques, também verba destinada aquilo que é o serviço de remoção de veículos em fim de vida e também a parte respeitante à fiscalização dos lugares reservados a residentes.

Portanto, este subsidio à exploração no fundo o seu propósito é ser complementar em atividades da empresa que são deficitárias, ou em que o retorno que a empresa tem não é suficiente e, portanto, para cobrir este funcionamento, ele estava totalmente previsto em Plano de Atividades e Orçamento, foi aprovado em reunião de Câmara e evidentemente, está aqui à consideração de todos os Senhores Deputados Municipais e estou naturalmente disponível para qualquer questão.”

6.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Luís Pedro Durão (PSD) o Senhor Vereador Filipe Pacheco e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A mobilidade é um desafio constante do nosso Município e a WEMOB desempenha um papel importante na gestão do estacionamento, fiscalização e a promoção de uma nova mobilidade para a nossa Cidade. Tem o dever de fiscalizar e gerir estas questões de forma didática e responsável, sem impor políticas punitivas aos nossos cidadãos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Contrato-Programa que estamos a analisar, tem como objetivo de dotar a WEMOB dos recursos necessários para continuar a cumprir os objetivos municipais delegados pela Câmara Municipal, de forma a servir da melhor maneira os interesses dos almadenses.

No entanto, o PSD reforça a importância do WEMOB seguir um caminho em direção a uma maior sustentabilidade financeira, de modo a que num futuro próximo, a empresa não dependa exclusivamente de contratos-programa para cumprir a sua missão social.

O PSD considera, que as projeções financeiras apresentadas são positivas, mas alerta para a necessidade de a Câmara Municipal supervisionar de perto a WEMOB, especialmente devido às tendências macroeconómicas como a inflação e como o aumento dos custos de financiamento, que podem transformar resultados positivos em negativos muito rapidamente.

Em relação ao desenho de negociação do contrato e documentos relacionados, o PSD levanta as seguintes questões: solicitamos esclarecimentos à Câmara Municipal sobre a interpretação do parecer do fiscal único, que menciona e passo a citar: “De acordo com as estimativas da entidade para rendimentos e gastos relacionados às obrigações assumidas no referido contrato, o montante de subsidio à exploração é insuficiente em cerca de 440.000.00€ (quatrocentos e quarenta mil euros)”. Portanto, é importante saber qual foi o valor inicial que foi solicitado pela WMOB no início das negociações contratuais e se houver alguma disparidade explique-se as razões dessa diferença.

Além disso, questionamos quais são as diferenças a nível material do antigo contrato para o atual contrato.

E por último, solicitamos também, que a Câmara Municipal indique como pretende abordar e aferir, como são cumpridos os indicadores de satisfação de serviço presentes neste contrato e que disponibilize um relatório anual sobre o cumprimento dos mesmos para conhecimento desta Assembleia Municipal.

Consideramos que estes esclarecimentos são importantes para poder tomar uma decisão esclarecida e garantem a transparência a esta Assembleia Municipal e para Almada.”

6.3.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente, nós enquanto acionista único da WEMOB, temos todo o cuidado com aquilo que são as contas da WEMOB e, portanto, ficamos satisfeitos por termos resultados positivos e da mesma maneira não perdemos a ambição que tínhamos de ter uma WEMOB que seja cada vez mais sustentável, cada vez mais eficaz e sobretudo uma WEMOB que, não desfazendo a absoluta necessária tarefa de fiscalização e todos nós sabemos porquê, para que o espaço público possa ser usufruído por todos em condições, também ter todo o seu espectro não só pedagógico, que também é necessário, que tenha também margem e capacidade para justamente ter outras iniciativas e que melhorem a relação que tem com a comunidade, nunca será totalmente amada como nenhuma empresa de fiscalização de trânsito será, nenhuma entidade que passa multas consegue ser totalmente amada. Mas nós já sabemos. De qualquer maneira é importante que a WEBOM também tenha essa outra dimensão.

Da mesma maneira como sabe, está previsto e é a nossa intenção, podermos criar bolsas de estacionamento, racionalizar e temos feito também os estudos necessários até para explicar bem o que é que acontece. O facto, por exemplo, de haver parquímetros racionaliza e aumenta até o espaço disponível para o estacionamento porque garante a rotatividade.

Tudo isto são temas de mobilidade que são fundamentais, aproveito para dizer que hoje terminou a nossa Semana da Mobilidade, onde também acho que ficou claro, que todos nós estamos empenhados em criar alternativas à mobilidade e isso também está à vista, não podemos omitir que muitas das pessoas precisam também é do transporte individual para irem trabalhar. Temos que apostar nos transportes públicos, temos que acompanhar as pessoas, os transportes alternativos, é um tema fundamental hoje em dia para a transformação do território e estou em crer que a WEMOB também pode ser um agente fundamental a esse nível.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Permita-me já que pedi a palavra a esse nível, para naturalmente, dar aqui uma palavra de agradecimento muito expressiva a todos os trabalhadores da WEMOB, porque são eles que andam na rua, são eles que falam com as pessoas e temos a perfeita consciência de como isso é importante.

Dar nota que inauguramos os novos serviços, todos reabilitados e com condições ao pé da Capitão Leitão, quem viu aquilo e quem vê agora e naturalmente, que em simultâneo em que estamos empenhados em garantir condições de trabalho aqueles trabalhadores, também sei que o processo da implementação das carreiras também está em curso e que por fim também, a administração tem estado em contacto com os sindicatos a administração é que tem que o fazer e espero que por fim consigamos chegar a bom porto nessa matéria, porque precisávamos da participação dos sindicatos nesta área.”

6.3.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer à Senhora Presidente pela sua explicação e a sua resposta, mas era importante nós aqui termos a resposta às perguntas, especialmente a interpretação do fiscal único, perceber se há subfinanciamento ou não na perspetiva da empresa, e por sua vez relativamente à aferição dos indicadores e deste relatório que era importante a Assembleia Municipal ter disponível, de um cumprimento destes indicadores para ser partilhado nesta Assembleia Municipal.”

6.3.2.4 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Luís Durão, obrigado pelas questões, obrigado também pelo reconhecimento de que, apesar de sublinhar que é necessária uma solidez financeira da WEMOB, reconhecer também que as contas são positivas, eu acho que essa conclusão é importante e nós pensamos também no mesmo sentido. Aliás, é importante também lembrar o contexto em que isso acontece. As empresas de estacionamento e não foi só a WEMOB, todas elas, em todo o país, foram muito afetadas pela pandemia, e aquilo que foi possível, foi no pós pandemia e não muitos exercícios após, portanto, logo no exercício no ano seguinte, o ano passado, foi possível revoltar a positividade desta empresa. Portanto, eu acho que isso é um sinal muito importante de que a empresa está a seguir um rumo e uma trajetória de sustentabilidade.

Relativamente à sua questão do parecer do fiscal único, o parecer eu parece-me que é claro, aquilo que diz é que todas as atividades não cobrem as atividades que são subsidiadas e por isso mesmo é que é preciso um subsídio à exploração, o parecer diz isso. Nós muitas vezes, salta sempre, se o subsídio é suficiente, se é insuficiente, a verdade é que o subsídio nos parece que é adequado aquilo que são as dimensões de prestação à qual ele se destina.

E respondendo também a uma das suas questões de o que é que alterou? Portanto, o subsídio global à exploração é exatamente igual, o valor é o mesmo, o equilíbrio da verba para cada uma das dimensões, ou seja, para veículos em fim de vida, seja fiscalização etc. mudou. E mudou porquê? Mudou também em reflexo daquilo que é a análise interna, daquilo que são os custos aportados a cada atividade. Portanto, foi essa apenas a alteração.

Relativamente aos relatórios do Contrato-Programa, eles são públicos. Às vezes quando os documentos são enviados importa ler o documento e também os anexos, e, portanto, os relatórios são públicos, é possível perceber aquilo que são as métricas, como é que elas foram aferidas e, portanto, isso está disponível e não necessidade de torna-lo público, porque os relatórios já existem e são do conhecimento de todos os Senhores Deputados Municipais.”

6.3.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar só nota relativamente ao parecer do fiscal único. Isto não é uma novidade, é uma advertência que o fiscal único tem vindo a fazer. Eu acho que é só importante salientar o parágrafo a seguir que diz: “Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos”. E os resultados passados o que têm provado, é que de facto,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

esta apreensão que o fiscal único apresenta não se tem verificado. Nós conhecemos muito bem aquilo que são as obrigações da Câmara Municipal em caso de resultado negativo, a WEMOB já teve anos com resultados negativos grandes, naturalmente conhecemos as obrigações da Câmara Municipal se os resultados negativos aprecem, sabemos que é a Câmara Municipal que tem que os cobrir, consideramos que era importante manter o mesmo montante de Contrato-Programa. Se o ano apresentar algumas dificuldades, a Câmara Municipal conhece e sabe quais são as suas obrigações. Portanto, nunca ficará a WEMOB desprovida, tal como foi feito no passado. Naturalmente os contratos-programa da WEMOB, relembro há cinco, seis anos, eram bastante inferiores e depois no final do ano faziam-se acrescentos. Nós já aumentamos o Contrato-Programa consideravelmente, justamente para garantir que a empresa começa a trabalhar numa base sólida e não inicia o ano com uma base claramente deficitária. E os exercícios têm provado fora os anos COVID, muito difíceis, têm provado que é possível manter e que mesmo assim a empresa consegue ter resultados positivos, aumentando aliás a sua ação.”

6.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente; 10 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra; 6 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, aprova a minuta do contrato-programa para 2023 da Wemob, E.M., S.A., nos termos da alínea n), do nº ,1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 17 de julho de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-182-GP.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da ordem de trabalhos relativo à Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade Municipal;

6.4.1 – Para apresentar a Informação sobre a Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal:

6.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como sabem este é o exercício habitual da apresentação das atividades, os Senhores Deputados Municipais têm o Relatório à vossa disposição e naturalmente, estamos disponíveis para qualquer dúvida que apareça.

Nestes três meses em que ocorre o relatório, entre 01 de junho e 31 de agosto de 2023, eu gostaria, no entanto, salientar alguns pontos.

Eu acho que há um ponto muito importante de salientar que foram de facto, as celebrações dos 50 Anos da Cidade de Almada. É uma data redonda, todos nós sabemos o valor simbólico que têm as datas redondas, e sabemos também que é uma celebração que nós desde o início pretendemos que fosse associada entre Almada Cidade e depois a celebração dos 50 anos da liberdade. Aliás, eu tenho dito várias vezes que há um subtexto, 50 Anos de Cidade, 50 Anos de Liberdade. E isso de facto, é uma forma também de celebrar todos aqueles, todos sem exceção, todos aqueles que construíram e que fizeram nestes últimos 50 anos Almada ser o que é, e naturalmente, projetando para os próximos 50 de Almada em conjunto.

Esse dia foi assinalado com uma Sessão Solene onde foram atribuídas medalhas de mérito e dedicação a pessoas e entidades, que contribuíram para um engrandecimento do nome do Concelho, dos seus valores, da suas gentes e cultura e pela dedicação evidenciada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nós pretendemos nesta celebração que foi aliás, apresentada e aprovada em reunião de Câmara, por todos, abrir o leque de todos aqueles nas mais diferentes áreas e deixem-me que diga que, pela primeira vez, envolveu-se também algumas do comércio mais histórico de Almada, algumas das empresas mais emblemáticas de Almada, porque Almada faz-se de trabalhadores, de artistas, mas também de atividade económica e também quisemos salientar isso.

Para esta ocasião foi criada uma Comissão de Honra, que é uma Comissão que naturalmente, esperamos que esta Comissão não desapareça, não queremos que seja um ato único, são grandes figuras de Almada e é uma Comissão que esperamos que possa vir, aliás, até ser acrescida para as novas celebrações que vêm aí no 25 de Abril e que é uma grande festa nacional, mas que eu espero também, que seja um momento de grande reflexão sobre os desafios que a nossa democracia enfrenta e que todos nós conhecemos.

Essas personalidades são naturais de Almada e aliás, todos nós sabemos que Almada é uma terra de diversidade e que acolhe gente de todo o país em algumas áreas mais com maior predominância como o Algarve, o Alentejo, mas não só, portanto são naturais de Almada ou sobretudo têm uma fortíssima ligação ao Concelho e destacaram-se pela sua contribuição cultural, científica, desportiva, política, intelectual.

Essa festa traduziu-se também num grande cortejo popular, que contou com uma grande animação das forças das associações, das coletividades, dos clubes e aqui deixo o meu agradecimento a todos aqueles que participaram neste grande cortejo, que para nós não fazia sentido comemorar a cidade, que não fosse nas ruas, com as pessoas, para todos aqueles que todos os dias constroem Almada.

Eu não vou passar aqui toda a programação cultural destes meses, nós sabemos que o verão em Almada tem imensa programação e com os grandes momentos de referência, desde o Festival Internacional de Teatro, as Marchas Populares, obviamente, que foram mais uma vez uma festa, parabéns a todos aqueles que participaram, e que culminou com o Sol da Caparica, que mais uma vez demonstrou a importância do Sol e cada vez mais é o grande festival da música em português, cantada, falada.

Relativamente à habitação. Naturalmente continua todo o nosso esforço, continuamos a lançar os projetos e as candidaturas, neste momento temos já investimentos estimados, já com projeto na ordem dos 12.000.000.00€ (doze milhões de euros), e que estão neste momento a decorrer todas as candidaturas junto do IHRU, no âmbito do PRR e que esperamos que possam ter mais celeridade.

Volto a lembrar que, para além da questão da habitação temos as comunidades desfavorecidas, que também já está em curso, e também já recebemos a finalização, praticamente estamos mesmo a acabar o projeto de finalização da Loja do Cidadão, esperamos ainda conseguir lançar o concurso de empreitada este ano, fazermos o caderno de encargos para lançarmos este ano já, a empreitada que é fundamental.

Há uma matéria essencial neste período e depois a Senhora Vice-Presidente poderá certamente responder às questões, que tem a ver com a delegação de competências na área da saúde. Dizer só, que esta transferência de competências, já houve um auto que foi aprovado em reunião de Câmara e, portanto, já é do conhecimento de todos os senhores vereadores, mas já permitiu e também já estamos a trabalhar nesses dois projetos de arquitetura, permitiu já garantir a construção de dois centros de saúde, um no Laranjeiro Feijó, no local que estava previsto há muito tempo, junto à União de Freguesias Laranjeiro Feijó, e também um novo centro de saúde na Costa da Caparica, por fim, que não terá os problemas de elevador que todos nós conhecemos, que é no edifício alugado pela própria saúde, da Segurança Social e que também já está identificado o espaço, já temos o layout, em princípio já estamos em condições de lançar o projeto dessa construção. Em simultâneo também está a decorrer a criação da nova unidade local de saúde, mas é um processo que ainda está a decorrer.

Relativamente à educação a Senhora Vice-Presidente também poderá responder.

Dar nota que foi com grande satisfação que se terminou a Carta Educativa, também já foi aprovada em reunião de Câmara, já foi ontem mencionada e que se encontra neste momento na DGESTE para aprovação da DGESTE e que depois também virá aqui a esta Assembleia Municipal para que os senhores deputados municipais também a possam apreciar devidamente. Esta Carta Educativa é de facto, fundamental e envolveu toda a comunidade na sua feitura, que é algo que nos faltava mesmo nos trabalhos preparatórios que houve, foi algo



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que foi aprofundado e que permitiu criarmos inclusivamente, um diagnóstico mais rigoroso e até uma estimativa de investimento a longo prazo.

Dar nota também e isso parece-me importante, garantimos e reforçamos a oferta de cursos profissionais em Almada e aqui depois também a Senhora Vice-Presidente poderá passar isso, porque foi uma iniciativa que tem demonstrado o protocolo feito com a ATEC, tem demonstrado ser um sucesso, aumentou muito a participação de todos os alunos e o interesse e, portanto, neste momento temos um curso profissional de Técnico de Manutenção Industrial, um curso profissional de Técnico Eletrónico Automação e Comando, e um curso profissional de Mecatrónica Automóvel.

Em simultâneo relativamente à transferência de competências na área do social e o tempo não me permite estar a fazer a apresentação.

Dar nota que também estão a decorrer com toda a normalidade, mas sobretudo trazendo claras melhorias ao serviço e tenho que dar uma nota a todos os nossos parceiros e sobretudo numa mudança de metodologia que me parece fundamental, que é, passarmos a ter uma gestão dos apoios sociais e as pessoas já não terem que ir a um serviço quando se trata do RSI, a outro serviço quando se trata da ação social, e que neste momento sabem que têm um interlocutor único e isso só nos é possível garantir graças de facto, aos parceiros com quem formamos este protocolo.

No desporto dar nota de todas as atividades desportivas, está também aqui naturalmente, o Senhor Vereador Filipe Pacheco para as questões que os senhores deputados queiram colocar, mas dar nota que é com satisfação que vemos toda a atividade desportiva retomar e relembrar que, esperamos que até ao início de outubro, possamos reinaugurar por fim, as piscinas da Charneca de Caparica onde eu tive a ocasião de visitar a obra, mesmo se grande parte da obra é parte invisível, mas toda ela teve uma renovação.

Por fim, dar nota da primeira Feira de Economia Circular, dar nota da Bandeira Azul 2023, portanto, tivemos duas novas praias com Bandeira Azul, e dar nota também de todos os trabalhos que estão a ser feitos ao nível dos espaços verdes, requalificação de jardins, o Jardim Alberto Araújo já está no bom caminho e, portanto, também aqui um grande esforço com um agradecimento especial para essas equipas.

Os eventos como não podia deixar de ser, o Trafaria Comprova, foi outro sucesso e agora já no final de agosto, início de setembro, dar nota na Trafaria também tivemos o gosto de ter o Bluegrass e a 2ª edição deste festival que é um festival que cada vez mais nos enche de orgulho, pelas suas características, e que vem acrescentar mais diversidade, mais pessoas e a alegria que o acompanha.

Eu não vou alongar-me muito mais, mais uma vez senhores deputados estamos naturalmente disponíveis para qualquer questão que tenham e que eu não tenha abordado.

Não nos esquecem do Centro de Recolha Animal, das peripécias, já houve novo arquiteto, já temos estado a falar, já há um primeiro esboço, esperamos que seja dessa e podem crer senhores deputados que nós somos os primeiros a lamentar o atraso neste projeto que continua a ser fundamental e estruturante.”

6.4.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Luís Filipe Palma (CDU), Karim Hassam Quintino (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Daniel Alexandre Silva (PS), Maria Rita Magalhães (CDU), José António Rocha (BE), António Francisco Salgueiro (PSD), João Eduardo Geraldês (CDU) a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, o Senhor Vereador Filipe Pacheco, o Senhor Vereador Nuno Miragaia Matias e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Municípios e as Câmaras, não devem ser por norma, salões de festas. É importante o laser, a cultura, as celebrações, as festas populares, sem dúvida. Mas é também e sobretudo e deverá ser mais importante o



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

investimento, a estratégia, o planeamento urbanístico, a economia, o turismo, a habitação, o investimento, obra, ideias e concretização.

Aliás, os dados apresentados pela Bloom Consulting são conhecidos pela Senhora Presidente também, não são nada favoráveis ao Município de Almada. Há muito por fazer, Senhora Presidente da Câmara.

Indo aqui a questões muito frontais e diretas. Senhora Presidente da Câmara, o CDS enviou em maio deste ano, uma solicitação através de um requerimento, solicitando que fosse entregue documentos relativamente à monitorização da vala do 2º Torrão e com sabe, a Senhora Presidente conhece o Regimento, já passaram cerca de seis meses, o Regimento prevê quinze, com prorrogação de mais quinze dias, e, portanto, Senhora Presidente, gostaria de questionar aqui diretamente, se vai responder ao requerimento, se já tem esses documentos para serem enviados ao CDS ou se não encontram os documentos ou alguma situação que possa estar a obstaculizar esse envio.

Depois a Senhora Presidente falou em Sessões anteriores da Assembleia Municipal, que estava a criar uma Comissão de toponímia. Senhora Presidente, já está criada esta Comissão?

Relativamente à Costa da Caparica, o CDS tem conhecimento, porque anda nas ruas e fala com os caparicanos, aliás, os caparicanos e bem, vêm também falar com o CDS, e aquilo que se tem relatado grosso modo, é o aumento da insegurança ou pelo menos o sentimento de insegurança, a falta de limpeza, a falta de fiscalização do espaço público, o espaço público abandonado, em resumo, a falta de investimento na Costa da Caparica.

Senhora Presidente, que planos é que tem para revitalizar a Costa da Caparica e também a Fonte da Telha?

Foram feitos investimentos na Fonte da Telha, mas esses investimentos foram feitos no mandato anterior e depois disso pelos vistos, mais nada foi concretizado.

Ainda relativamente à Costa da Caparica, temos um problema, nomeadamente, na altura das chuvas, que é a falta de escoamento das águas no terminal dos autocarros. Nós sabemos que, é necessário investimento nesta zona, é necessário investimento no escoamento das águas e é um problema que os caparicanos atravessam nomeadamente no inverno e aliás, não é só na Costa da Caparica. Eu lembro-me ainda a semana passada, aqui na estrada que vai passando a publicidade da Tremoceira, para Fonte da Telha, no sábado a estrada focou completamente alagada, e em tom de brincadeira, ficamos a perceber para que é que serve o barco no meio da rotunda, se calhar é para ajudar quando um carro torna-se difícil de passar, visto que torna-se um perigo para quem passa naquela estrada, visto que há falta também de escoamento.

Depois para terminar, a Senhora Presidente prometeu também, há uns tempos, criar um monumento de homenagem aos antigos combatentes, Senhora Presidente como é que está também esta memorial?

Portagens na Ponte 25 de Abril. Eu recorde novamente que, a proposta apresentada e foi pelo PSD na reunião de Câmara, foi aprovada salvo erro, por unanimidade, e gostaria de saber se se está a aproximar a passos largos o concurso para a concessão das portagens na Ponte 25 de Abril. O que é que a Câmara Municipal de Almada espera fazer em nome dos almadenses e em benefício dos almadenses. E já agora, perguntar também ao proponente do PSD, que apresentou e bem essa mesma proposta, se tem alguma ideia dos passos a tomar para que efetivamente esta injustiça dos pagamentos diários ou com uma redução, ou com outra solução, relativamente às portagens para os almadenses, vai ter alguma concretização na prática?

Para terminar, aquelas que foram as bandeiras da Senhora Presidente, não só no primeiro mandato, mas também na sua campanha eleitoral e que tem a ver com o projeto Margueira, o projeto Ginjal, com as piscinas da Academia e também com a antiga EDP. Senhora Presidente, em que é que estão estes projetos?"

6.4.2.2 – O Senhor Deputado Municipal António Luís Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os assuntos que trago aqui são transversais ao Concelho, mas foco-me essencialmente na Freguesia do Laranjeiro e Feijó, mas lamentamos todos, que estes problemas também se encontram noutras Freguesias.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas foquemo-nos aqui nalguns assuntos que têm a ver sobretudo, com a falta de cuidado, de higiene na manutenção do espaço público, a sinalização de um conjunto elevado de contentores RSU que não são lavados, principalmente quando estamos a acabar a época de verão e os cheiros tornam-se mais intensos.

Depois, variadíssimos acidentes em cruzamentos e outras zonas sinalizadas da Freguesia, tendo a Junta já enviado propostas para mitigar estes problemas e estes sinistros, que têm ocorrido com bastante frequência na Freguesia de Laranjeiro e Feijó, mas já foram enviadas propostas de resolução ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

Têm-nos chegado situações de total abandono de campas no Cemitério Municipal do Feijó.

Há algo que nos preocupa muito e que ontem foi aqui debatido, com alguma controvérsia. Mas o certo porém, é que não duvidamos que os dados que nos foram apresentados em recentes reuniões dos Conselho Municipal de Segurança, dados esses que advêm quer da GNR, quer da PSP, o certo porém, é que acreditamos, por aquilo que sabemos, que eles carecem muito de atualização, porque nos últimos tempos tem havido muitos assaltos quer ao comércio local, quer a habitações particulares. E, portanto, cremos nós, que devemos olhar para esta realidade com alguma preocupação e que devemos ser parte dessa solução.

Já em jeito de termino da minha intervenção, dizer-vos que, hoje em contacto com a população, percebemos que há alguma inconstância no aquecimento das águas dos balneários das piscinas do Complexo Municipal. Perguntamos se têm conhecimento disto que acabei de referir.

Por último, pedir-vos mais alguma informação pormenorizada relativamente àquilo que foi anunciado e que dizemos desde já aqui com alguma satisfação, porque foi público, porque nós apresentamos propostas no quadro do nosso programa autárquico último, relativamente ao Parque Urbano em Vale Flores, qual a sua localização exata e também relativamente ao Parque Urbano de Santo António no Laranjeiro, que tipologia de parques é que vamos ter e que tipo de equipamentos é que vamos ter nesses parques?"

6.4.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nestas minha intervenção não me vou referir aos números, como fazemos habitualmente, mas queria trazer novamente a esta casa um tema de grande relevância para todas e todos os almadenses; um tema que infelizmente já se tornou mais uma das grandes crises da minha geração, e que diz respeito à crise da habitação. E dentro deste tema, Senhor Presidente, gostaria de focar a minha intervenção num aspeto particular desta crise, e que diz respeito ao alojamento estudantil.

A habitação estudantil é hoje uma barreira intransponível, ou dificilmente transponível, para quem deseja estudar no ensino superior.

O governo de António Costa prometeu-nos 12 mil camas em residências universitárias entre 2019 e 2022, mas hoje sabemos que nenhuma dessas camas prometidas foi entregue.

A verdade é que o governo central falhou aos estudantes e continua a falhar, deixando-os à mercê da especulação imobiliária.

Este fenómeno também domina a realidade do município de Almada, como sabemos, tanto que os valores do alojamento para estudantes no nosso município voltaram a subir este ano para uma média de 370 euros. Fora as propinas, fora os materiais escolares, fora a alimentação, fora os transportes, fora o lazer.

Senhor Presidente,

Sabemos que o mercado imobiliário é particularmente voraz em aproveitar-se do desespero das famílias, e neste caso dos estudantes, e fá-lo através da subida dos preços, especialmente quando a oferta é muito escassa.

E, portanto, é hora de dizer basta a mais soluções liberais.

Precisamos sim de um governo local que tenha a coragem de fazer frente à especulação imobiliária, e não de um executivo que seja parceiro e promotor desta especulação.

Precisamos sim de um governo local que enfrente a pressão turística, e não de um executivo que subalternize aqueles que aqui vivem, trabalham e estudam.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Precisamos sim de um governo local que combata a gentrificação e que garanta que a cidade de Almada se mantêm fiel à sua história e à história das suas gentes, e não de um executivo que sistematicamente anuncia megaprojetos que só vão beneficiar os grandes interesses financeiros.

E, portanto, pergunto a este executivo camarário que medidas pretendem implementar para resolver os problemas que aqui expus, sabendo que do outro lado do rio, uma das soluções encontrada foi inaugurar residências estudantis com quartos de 12 m² entre 700 e 1.100 euros mensais.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Este flagelo da habitação que vivemos deve-nos levar a refletir sobre o caminho que queremos para a nossa cidade e para o nosso país.

Em 2007, fui um dos milhares de portugueses que saiu do país em busca de melhores condições de vida. Estive emigrado 10 anos, 5 destes em Londres. No tempo que lá estive a estudar, lembro-me particularmente de quando tive de encontrar um lugar para morar.

Depois de muitos dias de procura, decidi-me por um quarto de 13 m², numa residência estudantil, pelo valor de 800 libras por mês (1040 euros ao câmbio da época). Lembro-me do esforço feito todos os meses para poder pagar este quarto, mas ainda assim fui um daqueles que tive a sorte de poder contar com os meus pais, que me apoiaram financeiramente e que nunca me deixaram faltar nada. Sei bem que outros não tiveram essa sorte. E também sei que ainda hoje, muitos anos depois de terem completado os seus estudos, muitos ex-estudantes do ensino superior em Inglaterra continuam endividados, a pagar as suas propinas e as suas despesas de habitação, ainda do tempo em que estudavam na universidade.

Esta não é a realidade que eu quero para o meu país. É por isso que lamento profundamente que os estudantes do ensino superior Portugal estejam a passar pelo mesmo calvário que eu e tantos outros emigrantes passámos, e é também por isso que estarei presente na manifestação pelo direito à habitação do dia 30 de setembro em Lisboa. Faço aqui um apelo a todas e todos os almadenses que também se juntem a este protesto, para mostrarmos mais uma vez a quem nos governa que têm uma responsabilidade para agir, não com medidas inócuas e mascaradas, mas sim com medidas que realmente garantam condições dignas de habitabilidade para todas e todos nós.”

6.4.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhoras/as Deputados/as Municipais;

Eu tenho duas questões prévias à minha intervenção.

A primeira é relativa à informação sobre o Serviço Veterinário e Bem-Estar Animal no documento em análise. Embora esteja no índice depois não encontro informação no documento, portanto, gostaria de um esclarecimento.

A segunda questão prende-se com o Relatório de Atividades do Provedor do Animal, que segundo sei é semestral e costuma ser apresentado na Sessão de setembro, como o mesmo não está na ordem de trabalhos, também questiono o motivo.

Relativamente a este ponto, gostaria primeiro, de solicitar uma resposta a dois emails enviados ao executivo e sobre os quais não tive resposta, um deles já foi tratado ontem, é sobre as lombas na rua da Associação “Onde há Gato não há Rato”, a própria presidente da Associação veio cá explicar que já foram vários animais atropelados. O Senhor Vereador do Pelouro José Pedro Ribeiro não está cá hoje, mas comprometeu-se também a olhar para o assunto.

O segundo assunto é sobre os patos do Parque da Paz, também enviei um email porque recebemos notícia e creio que também têm conhecimento de que existiriam vários animais a morrer e doentes. Portanto, gostaria de saber se já sabem a causa e o que é que foi feito em relação a esse assunto.

Gostaria ainda de um esclarecimento acerca da interrupção para alguns meses das esterilizações de gatas no Serviço Veterinário Municipal, segundo sabemos deveu-se à falta de material cirúrgico nomeadamente, fio para coser após as cirurgias, no entanto, esta falta devia de ter sido devidamente acautelada, porque sabemos que a encomenda pode demorar algum tempo a chegar. Portanto, questiono o porquê de não ter sido feito o pedido antecipadamente.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Há algumas semanas também vi que foi publicado nas redes sociais da Câmara Municipal a informação de que tinham sido adotados cerca de duzentos e cinquenta e cinco animais, desde o início do ano. Este número é de facto uma melhoria relativa aos anos anteriores, reconhecemos, mas mais do que números, parece-nos importante que o foco seja nos animais que esperam há anos por famílias, e nesse sentido gostaria de saber desses duzentos e cinquenta e cinco, quantos foram os animais adotados do CRO, e destes quantos eram adultos e há quanto tempo esperavam por uma família.

E por falar em números, o cheque veterinário, bem sei que, entretanto, houve desenvolvimentos, mas espera há cinco anos para ser implementado, o Centro de Bem-Estar Animal a Senhora Presidente também deu nota há pouco, espera desde que este executivo tomou posse há seis anos, sendo que ainda nem o projeto está finalizado.

As denúncias que fazemos chegar e embora tenha existido diálogo, demoram meses senão anos a serem respondidas, o Regulamento do Cuidador das Colónias, dos abrigos para gatos, o Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal, os parques para matilhas, o treino para cães do Dog Parque, o Plano Municipal de desacorrentamento de animais, tudo recomendações aprovadas por esta Assembleia Municipal e todas por implementar.

É por isto que o PAN continua a insistir na necessidade de existir um plano para que esta área com objetivos a curto médio e longo prazo, que dê respostas às várias necessidades já conhecidas.”

6.4.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queremos colocar três questões à Senhora Presidente da Câmara Municipal neste ponto da ordem de trabalhos.

A primeira prende-se com uma parte da intervenção que a Senhora Presidente fez aqui há pouco e tem a ver com um pedido de informação, pode ser que a Senhora Presidente já nos saiba responder a esta questão que é: quantas candidaturas do Município de Almada estão aprovadas no quadro do PRR em matéria de habitação? Esta questão já foi colocada duas vezes na reunião de Câmara pelos Vereadores da CDU, foi respondido sempre que estão preparadas candidaturas, a pergunta é quantas estão aprovadas?

A segunda questão tem a ver com uma comunicação via correio eletrónico, que a CDU recebeu hoje mesmo e que a Câmara Municipal através dos serviços da educação também recebeu, que nos da conta de uma situação preocupante, vivida neste momento na Escola do 1º Ciclo Cataventos de Paz em Cacilhas.

Informam-nos os pais de duas crianças que frequentam o 1º Ciclo e o Pré-Escolar daquela escola, que estão a ocorrer graves lacunas e deficiências, no que respeita ao estado em que são fornecidas as refeições escolares aos alunos. Referem aqueles pais, que as quantidades são claramente insuficientes, sendo a sopa fornecida em quantidades mínimas, e as refeições previstas no menu, não são em número suficiente para todos os alunos. Sendo necessário recorrer mais do que uma vez, ao menu de enlatados e conservas, para colmatar a falha do número de refeições disponíveis. Dizem ainda que se registam atrasos na entrega das refeições, referindo que ontem, dia 21 de setembro, houve alunos do 1º Ciclo que almoçaram por volta das 14H00, e dizem ainda, que a qualidade e o valor nutricional das refeições fornecidas, com recurso a salsichas, atum e outros enlatados do género, de forma recorrente, não garante uma alimentação cuidada e equilibrada às crianças.

A questão que a CDU coloca, como fazem estes pais, é se a Câmara Municipal de Almada tem conhecimento desta situação e em caso positivo, quais as medidas que já adotou ou pensa adotar para sanar os problemas referidos?

De qualquer forma, a CDU não pode deixar de registar a sua profunda estranheza e o seu natural lamento, pelo facto de uma empreitada, preparada seguramente com muita antecedência e com todo o rigor e cuidado, não ter sido acompanhada de um planeamento eficaz e rigoroso, capaz de prevenir esta situação verdadeiramente anómala e indesejável. Pede-se de facto, muito mais a quem tem responsabilidade de conceber e planear intervenções deste tipo, tanto mais que essa intervenção ocorre numa Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, envolvendo centenas de crianças,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A terceira e última questão, para registar que ontem, a propósito da declaração política que a CDU aqui fez sobre os brutais aumentos do preço da água que os almadenses em geral estão a pagar, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, optou, aliás, no seu estilo habitual, por divergir relativamente à questão central que levantamos, amarrando-se a detalhes sem grande significado nem importância para a matéria em causa. Mas queremos dizer-lhe que, se essa atitude em geral é lamentável, ontem teve um significado positivo particular. É que essa divergência relativamente ao assunto que verdadeiramente interessa aos almadenses, significa na verdade, a confirmação daquilo que a CDU afirmou e denunciou, os almadenses estão de facto a ser confrontados com um brutal aumento do preço da água praticado pelo SMAS. O que sublinhamos como ontem fizemos, acontece por mera opção política desta maioria, num quadro económico e social geral, particularmente agressivo e difícil para a grande maioria dos portugueses e portuguesas. Não podemos por isso, deixar de expressar o nosso agrado pelo reconhecimento da razão que assiste à CDU. E já que a Senhora Presidente assim pensa, aproveitar também o facto para instar a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados a arriarem esse caminho que escolheram porque ainda vão a tempo assim queiram de o fazer em defesa dos interesses e direitos dos almadenses.”

6.4.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara, uma notícia recente recebida, indica que o número de reclamações dirigidas à Câmara Municipal de Almada, no Portal da Queixa, subiu 14%, colocando Almada em 2º Lugar dos Concelhos com mais reclamações, à frente de Loures, Vila nova de Gaia e mesmo do Porto.

Percebemos que esta subida se deva à ineficiência da gestão da Câmara Municipal, mas o que prevê fazer para responder às questões do Almadenses e para justificar esta subida abrupta de reclamações?

Tal como já foi referido por outros Grupos Municipais, estivemos a conversar com alguns pais, e Senhora Presidente, as notícias que nos chegam desde o início do ano letivo na EB Cataventos da Paz são preocupantes. Para substituir o refeitório que está em obras, previsivelmente durante os próximos seis meses, foi colocado um contentor com capacidade para pouco mais de trinta crianças, para uma escola com quase trezentas. As queixas são de refeições insuficientes.

Senhora Presidente, chegam-nos relatos que nem a Sopa chegou para todos.

Os relatos falam de máquinas de lavar loiça avariadas, loiça lavada à mão e com água fria, ausências de guardanapos, como é garantida a higiene e saúde pública desta forma?

Houve dias em que às 14 horas havia ainda crianças à espera para comer, para não falar das fotos e relatos de refeições que são tudo menos dignas para crianças.

Como se justifica esta situação e consegue garantir que não se vai repetir?

Que controlo é feito às empresas que fornecem as refeições aos nossos filhos em todo o Concelho?

Senhora Presidente, recomendo a utilização do catering de uma das vossas muitas inaugurações, certamente as crianças teriam mais qualidade e dignidade nas refeições a que têm direito.

Senhora Presidente, continuando nas escolas do Concelho, permita-me questionar:

- Como está o processo de estudo de criação de mais uma Escola Secundária na Charneca da Caparica Sobreda?

- Como está a situação da Escola Maria Rosa Colaço no Feijó?

- Como e quando se prevê a resolução da Escola Básica do Alfeite, que continua a necessitar de uma intervenção estrutural de raiz?

A Escola Básica da Alembração continua com vidros partidos e janelas fechadas com contraplacado, complicando em muito a vida e conforto das crianças que a frequentem. Para não falar que vão ter de continuar a dirigir-se a pé para a Escola nº 2 do Feijó para poderem almoçar à chuva e ao frio, para quando uma solução?

A Francisco Simões continua sem acesso a um pavilhão, algo tao elementar.

E quantos anos mais estarão os alunos da Rosa Maria Colaço e Quinta do Chegadinho em contentores?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora Presidente já que falamos ontem em mobilidade, aproveito para questionar já tem novidades sobre a Travessia Trafaria-Algés?

De nada servirão as 4 faixas da IC20 para chegar à ponte sobre o Tejo, se esta continuar a ser a única ligação de Almada a Lisboa. Continuamos reféns de uma única travessia.

Bem sabemos que caberia ao Governo Central a resolução de algumas questões escolares. No entanto, no nosso Concelho, existem Escolas Profissionais que não têm acesso aos livros escolares gratuitos.

Num ano de elevada inflação, subida de taxas de juros e aumento generalizado do custo de vida, temos famílias sem este apoio por parte do Governo Central.

Senhora Presidente, o que pode e pensa a Câmara Municipal fazer relativamente a estes estudantes almadenses?

Gasta-se dinheiro com tanta coisa que às vezes com tão pouco preservávamos o futuro das nossas crianças.”

6.4.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este Relatório da Atividade Municipal é um Relatório amplo e que demonstra a vontade deste executivo em fazer evoluir Almada.

Desde logo na questão da mobilidade, aproveitamos aqui para saudar a realização recente da semana da Mobilidade. Hoje, de facto, temos uma rede de transportes melhor e mesmo apesar do arranque complicado, com proximidade, este executivo soube ouvir as preocupações e adaptar a resposta aos transportes públicos. Aliás, hoje, os jovens já não têm o recolher obrigatório quando vão sair à noite a Lisboa, as novas carreiras, nomeadamente, as carreiras noturnas, permitem assim, dar uma resposta numa lógica de política pública alicerçada no conceito de Almada Cidade das duas Margens. Hoje, Almada está mesmo voltada para o Rio e Cacilhas com uma renovada cara devolveu o Tejo aos almadenses.

Em matéria da mobilidade, também assinalamos aqui a requalificação do Parque de Estacionamento do Parque da Paz, que dignificou um antigo parque de estacionamento, que era sobretudo destinado a estacionamento de camiões e que agora, é mesmo para os utilizadores do Parque da Paz. Aliás, disponibiliza assim uma imagem nova da entrada do Concelho e com três horas gratuitas ao serviço dos almadenses e daqueles que visitam este bonito Concelho.

A este propósito, no estacionamento, tanto no Mercado do Levante, como já foi aqui referido numa Sessão de Assembleia Municipal anterior, como na Estrada da Algazarra, existe potencial de se pensar numa resposta em conjunto com as populações e deixamos aqui este desafio.

Ainda relacionado com o vértice da mobilidade, deixamos uma outra sugestão, foi neste mês em setembro de 2009, que foi inaugurado e bem, o Monumento aos Trabalhadores da Indústria Naval, uma importante homenagem a estes trabalhadores e também à Lisnave e está presente na rotunda do Monte de Caparica.

Por isso, recomendamos a conservação deste Monumento importante, assim como foi feito e muito bem, no Monumento ao Associativismo Popular no Feijó e que permite hoje, que a envolvência do Complexo Municipal dos Desportos, seja mesmo o melhor espaço para a realização de atividades ao serviço da população.

Aliás, eventualmente a colocação de mobiliário urbano pode mesmo ser refletida para melhorar ainda mais aquele espaço.

Neste contexto, as novas rotundas que trouxeram tantas melhorias de circulação ao Concelho de Almada, podem hoje ser alvo de obras que dignifiquem as gentes de Almada e as suas tradições deste território e deixamos esta recomendação para a melhoria e aproveitamento destes novos espaços que trouxeram de facto, estas melhorias de circulação.

Mas também ainda, na mobilidade, aproveito aqui o ensejo para que se continua o trabalho no sentido de melhorar as vias rodoviárias bem como o seu ordenamento. Nomeadamente, na melhoria do cruzamento junto ao Mercado Municipal do Feijó, local onde já tantos acidentes rodoviários aconteceram. É urgente melhorar a circulação naquele local.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Na vertente da educação, a revisão da Carta Educativa, é de facto, um importante marco e saudamos também a continua aposta na pasta escolar.

Este executivo apoia os estudantes e não deixa ninguém para trás nisto que é a educação tão importante para todos.

A criação dos três novos cursos profissionais e o caminho que se percorre para a requalificação da Escola Secundária António Gedeão, da Escola Básica Maria Rosa Colaço, bem como naturalmente, o mais recente visível trabalho que culminou aqui neste território com a construção do edifício do Ensino Secundário da Escola Carlos Gargaté, mostram este trabalho.

Acrescentamos também aqui, para nota deste executivo, e conhecimento que obviamente também já tem acompanhado bastante, mas a importância da situação da Escola Básica Nº 1 do Feijó, acerca do aquecimento deste edifício e da situação de degradação das casas de banho, que têm de facto ter aqui também uma resposta.

Naturalmente, que há caminho a fazer na área da educação sim, nem tudo está feito, mas o caminho está a fazer-se com novas respostas e novos investimentos concretos.

Mas também no desporto, com destaque para o Programa Municipal Almada Informa, um programa tão diverso que coloca os almadenses sem movimento por um lado, e ajuda na prevenção da sua saúde. E aqui no desporto, relembramos também aquilo que foi a 7ª Corrida Noturna na Costa da Caparica e que muito bem decorreu.

Um Município saudável, também se constrói com estas atividades em rede e em sinergia naturalmente com as várias respostas de prevenção complementar, como é um bom exemplo a Unidade Móvel de Saúde.

Estamos no bom caminho sim, mas o desporto também se faz com obra e essa obra destacamos a requalificação das piscinas do Complexo Municipal dos Desportos e a disponibilização também gratuita aos almadenses durante o mês de julho.

A este propósito, para as inscrições do novo ano desportivo, voltou de facto, a ter filas grandes para a inscrição nessa oferta. O que denota de facto aqui, a importância deste equipamento para os almadenses, pois há uma grande procura do mesmo. E aproveitamos neste sentido, para enaltecer a simpatia do atendimento daquelas profissionais da Câmara Municipal e agradecer pelo seu afinho e dedicação. Elas desdobraram-se para responder a este grande volume de pessoas.

Mas este propósito deixamos como recomendação ao executivo da Câmara Municipal, a análise sobre métodos alternativos de inscrições e mais ágeis, de melhoria e eventualmente com recurso ao digital, para que possa mitigar este fenómeno de grande procura no início dos novos anos desportivos. E que leva mesmo até pessoas a estarem desde as sete da manhã junto a um pavilhão em busca de vaga. É isto que é uma resposta de proximidade junto da população. Procurar resolver estes problemas.

Colocar-se a inovação ao serviço da população, precisa-se neste assunto.

Mas este é o mesmo caminho de renovação em que é importante continuar a trabalhar. O investimento no desporto é essencial e o executivo da Câmara Municipal, dá provas deste investimento ao serviço de todos e com todos.

No que concerne a área da juventude, destaque para o bom trabalho com a continua e reforçada aposta do Orçamento Participativo Jovem, sabemos bem as forças que não eram a favor deste instrumento importante. Bem, como também o importante serviço que as casas da juventude prestam aos jovens e destacamos aqui a notável recuperação destes equipamentos atribuindo-lhes uma renovada vida e renovado dinamismo.

Na área do social, o trabalho que a Câmara Municipal tem executado, é bastante visível e destacamos aqui por exemplo, o trabalho que tem feito em parceria com o CIRL, na questão da resposta na área da resposta aos sem abrigo.

Na área da saúde destacamos aqui a urgência da construção da Unidade de Saúde Familiar do Feijó e aquilo que tem sido feito para a sua concretização e convocamos o executivo da Câmara Municipal, a refletir sobre as



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

políticas públicas necessárias, para conjuntamente com os parceiros, permitir um melhor acesso desta população a esta nova Unidade de Saúde que vem nascer no Feijó até 2026, e assim prepara e planear todo o contexto desta nova resposta ao serviço da população.

Este executivo continua a investir todos os dias em Almada e é muito importante que assim se continue, para Almada continuar a avançar num território de muitos em que se trabalha diariamente para todos.”

6.4.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na Sessão da Assembleia Municipal do passado mês de junho, colocamos ao executivo que governa o Concelho de Almada, a necessidade de a placa que assinala a obra realizada no Largo Alfredo Dinis Alex, ser substituída por conter informação incorreta, pois o Largo não se chama Largo de Cacilhas, mas sim, Largo Alfredo Dinis Alex, operário metalúrgico, trabalhador da H. Parry & Son, estaleiros sedeados a poucos metros do referido Largo, que foi assassinado pela PIDE em 1945 em Bruxelas. Como até ao momento a placa não foi substituída, vimos perguntar quando tal será feito.

O ano letivo 2023-2024, começou mal a nível nacional e também no nosso Concelho. Perto de oitenta crianças foram obrigadas a irem para novos estabelecimentos, perto de oito dezenas de idosos perderam o apoio domiciliário que a instituição prestava e vinte oito dos trabalhadores foram para o desemprego, estamos a falar da Creche do Centro Social e Paroquial de Cacilhas, instalado provisoriamente em espaço cedido pela Câmara Municipal de Almada, através de contrato de comodato o qual não foi renovado.

Esta Creche funcionando em Cacilhas desde 1975, foi marco de referência para centenas de crianças e pais, entre os quais me incluo como mãe e avó.

As rotinas diárias na Creche são um marco importante para o desenvolvimento das crianças e o seu bem-estar. Estes proporcionam novas experiências de aprendizagem a todos os níveis, como o desenvolvimento da autonomia, regras e responsabilidade e acima de tudo, transmite à criança o sentimento de segurança e confiança, fundamentais ao seu bem-estar e ao seu desenvolvimento quer seja ele a nível nacional, cognitivo ou motor.

Outra questão importante para o desenvolvimento das crianças, é a relação de confiança entre a criança e os adultos de referência, educadores e auxiliares de sala. Separar o grupo de crianças do adulto de referência, com quem estas já estabeleceram laços afetivos e de confiança, poderá ter um efeito nocivo no seu desenvolvimento.

Desde logo, porque as educadoras e auxiliares exercem um papel fundamental no contexto educativo promovendo um ambiente confortável acolhedor e seguro, para que seja assegurada à criança o direito a serem crianças e o direito a serem felizes.

Depois, porque estes profissionais fornecem cuidados adequados, experiências de socialização positivas e aprendizagem significativa. Cuidar das crianças envolve estar atento ao desenvolvimento e às necessidades de cada uma delas. Inclui garantir que as crianças se desenvolvem bem, tanto fisicamente como psicologicamente. Além disso, os adultos de referência estão atentos e zelam pelo bem-estar das crianças, demonstrando interesse, empatia e afeto e interação, construindo uma relação de confiança com elas, garantindo que alcançam as competências pretendidas para a sua faixa etária.

Ora as crianças que frequentavam a Creche do Centro Social e Paroquial de Cacilhas, vão perder estas referências, estes laços afetivos e de confiança, sendo obrigadas a construir novos caminhos, o que poderá afetar o seu desenvolvimento.

Lamentavelmente, a Segurança Social e Câmara Municipal de Almada, não tiveram em consideração estas questões.

Á Câmara Municipal de Almada, gerida pelo PS e PSD, enquanto entidade que tem por obrigação zelar pelo bem-estar da sua população, faltou-lhe vontade, iniciativa e empenho, para encontrar atempadamente em conjunto com o Centro Social e Paroquial de Cacilhas e a Segurança Social, uma solução que permitisse dar continuidade



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

a este equipamento social, protegendo as crianças, os idosos que dependiam desta instituição e os seus trabalhadores.”

6.4.2.9 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aproveitando este momento de discussão da Informação da Atividade Municipal, queríamos colocar aqui algumas questões e que têm a ver com a utilização dos equipamentos desportivos da Câmara Municipal, pelas coletividades que dele necessita, para a prática de várias modalidades desportivas.

Fomos contactados por alguns clubes que manifestaram o seu desagrado, pela forma como os termos de utilização destes equipamentos foram atribuídos. Ainda assim, e embora com dificuldades numa fase inicial da atribuição desses tempos, os clubes foram preparando as suas atividades desportivas em função dos horários concedidos. Feita esta preparação, são confrontados com alterações dos horários inicialmente acordados, que implicam uma redução dos tempos de utilização. Considerando as queixas que nos chegaram sobre algumas discrepâncias sentidas na atribuição dos tempos e tendo naturalmente em conta a proporcionalidade do número de atletas nos diversos escalões, nas várias modalidades, o que queremos perguntar é quais os critérios para a atribuição destes tempos de utilização destes equipamentos? Se nos critérios utilizados ainda nessa primeira fase de atribuição foi tida em conta o número de atletas nos diversos escalões e as modalidades que praticam? E o que é que justifica a redução dos tempos atribuídos às coletividades que, como é evidente, cria inúmeras dificuldades para a prática desportiva dos seus atletas?

E por último, perguntar muito frontal e diretamente a este executivo o que é que tenciona fazer, ou o que é que perspetiva fazer para solucionar as muitas lacunas nos equipamentos desportivos em Almada?

6.4.2.10 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal desenvolvida pela Câmara Municipal hoje em apreciação, iremos destacar algumas das principais ações desenvolvidas nos pelouros atribuídos ao PSD nos meses de junho, julho e agosto deste ano.

Na área do Turismo, realizaram-se os eventos Trafaria ComProva e o Concurso Gastronómico “Sabores de Almada”.

Reforçaram-se os períodos de atendimento nos Postos de Turismo de Cacilhas e da Costa da Caparica no âmbito da realização da Jornada Mundial da Juventude.

Prepararam-se diversos conteúdos para publicação de artigos vários promocionais em revistas e canais digitais, tendo em vista a promoção do Concelho de Almada como destino turístico.

Lançaram-se os processos aquisitivos de produção de sinalética turística identificativa, bem como para a criação de itinerários com recurso à realidade virtual, realidade aumentada e gamification.

Procedeu-se também ao lançamento da ação aquisitiva para instalação de postos de turismo eletrónicos nos pontos de maior fluxo e interesse turístico do Concelho.

Colaborou-se na orientação de oito estágios de alunos de cursos de turismo, cinco do ensino secundário do Concelho e três da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Na área dos Mercados, prepararam-se os Programas Preliminares para os concursos de conceção de ideias para a requalificação dos Mercados de Almada e da Costa da Costa da Caparica.

Desenvolveram-se os procedimentos para os serviços de gestão da Feira de Levante do Feijó e elaboraram-se diversos processos aquisitivos para manutenção e conservação de vários mercados municipais.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Realizou-se o evento “Almada de Portas Abertas”, que todos os que lá se deslocaram puderam verificar que constituiu mais um êxito.

Participação nas ações de apoio aos peregrinos no âmbito da Jornada Mundial da Juventude, com a disponibilização de áreas de apoio nos Mercados de Almada e das Torcatas.

No que respeita ao Serviço Cemiterial, prosseguiram-se os procedimentos para instalação de nova vedação de proteção no limite norte do Cemitério de Almada, garantindo a criação de miradouro e espaço de estadia.

Concluiu-se a construção de 400 novos ossários no Cemitério de Vale Flores e iniciou-se a entrega aos requerentes.

Continuou-se a recuperação de canteiros e de reposição de saibro em campas abatidas e efetuaram-se diversas ações de corte de infestantes nos dois cemitérios de responsabilidade da CMA.

No que respeita aos Espaços Verdes, Parques Urbanos e Viveiros Municipais, elaboraram-se diversos pareceres técnicos sobre operações de loteamento, de licenciamento, de projetos de execução e de requalificação.

Iniciou-se a empreitada de requalificação do Jardim Dr. Alberto Araújo, em Almada, estando os trabalhos a decorrer de acordo com o plano inicial, prevendo-se a sua conclusão para o final deste ano.

Foi adjudicada a prestação de Serviços de Conservação de Espaços Verdes e Cemitérios por lotes no âmbito do respetivo Concurso Público Internacional.

Desenvolveram-se trabalhos de manutenção da 1ª micro floresta no Parque Urbano do Pragal e foi elaborado o projeto para a micro floresta no Parque das Quintinhas.

Está em fase de execução a empreitada de requalificação no Parque da Juventude, tendo em vista a melhoria do sistema de rega, da estrutura arbórea, do mobiliário urbano e pavimentos, bem como das acessibilidades.

Está em desenvolvimento o Estudo Prévio para requalificação do estacionamento do Chegadinho, no Parque da Paz.

Deu-se início ao Estudo e elaboração de propostas de intervenção no Parque Urbano da Quinta dos Porfírios, de continuidade ao estudo do Parque de Vale Flores, e da proposta de requalificação do Parque Urbano das Quintinhas.

Em conjunto com o DIACS encontra-se em elaboração o Estudo Prévio para requalificação de lote na Quinta da Farrapa, no âmbito de protocolo a celebrar com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda.

Tendo em vista o controlo da praga dos citrinos realizaram-se três ações em colaboração com a Direção Regional de Agricultura e Pescas no Solar dos Zagallos, no Núcleo Empresarial de Almada Velha e nas instalações camarárias no Largo da Boca do Vento.

Encontra-se em curso o planeamento para aplicação de tratamento por endoterapia em pinheiros prevenindo o aparecimento da processionária. Neste campo de ação também se preparam alguns materiais técnicos, em conjunto com a Divisão de Comunicação, para divulgação e distribuição nas escolas e em outros locais por forma a promover o conhecimento sobre a processionária e para diminuir o risco de contato.

No âmbito do Regulamento Municipal de gestão do Arvoredo em Meio Urbano elaborou-se a proposta de redação final, tendo sido enviada para validação jurídica.

Acompanhou-se também a equipa técnica dos Serviços Municipalizados tendo em vista a preparação de uma ação de plantação conjunta no Dia da Floresta Autóctone, bem como para desenvolvimento conjunto de ações de sensibilização junto da população.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.2.11 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou responder muito brevemente ao Senhor Deputado Municipal João Galdes, vou voltar a repetir.

Estão aprovadas e assinadas sete candidaturas num total de 23.675.778.00€ (vinte e três milhões seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito euros). Desde a última vez que falamos, os noventa e cinco fogos já foram aprovados, já estão assinados, uma das reabilitações da rua Luís Gomes, também já foi aprovada, mas chegou na quarta-feira passada a sua aprovação. Muitas destas candidaturas da habitação prendem-se com dúvidas do IHRU sobre a documentação dos candidatos, dos agregados familiares, eu já expliquei isto muitas vezes, mas posso voltar a explicar. É entregue a documentação dos agregados, faz-se a análise e somos os primeiros a lamentar o tempo que muitas vezes demora.

Foi aprovada a Loja do Cidadão, foi aprovada uma candidatura da cultura, foram aprovados cerca de 6.000.000.00€ (seis milhões de euros) para as comunidades desfavorecidas que é uma quantidade enorme de atividades e investimentos, foi aprovada a Loja Estudantil e a propósito respondendo aqui ao Senhor Deputado Municipal Karim Quintino, dar nota que sim, nós temos o nosso projeto de Residência Estudantil na Romeira, mas que está já a ser construída aliás, junto à FCT, mais uma nova residência estudantil e penso que ainda há outro projeto na própria Universidade. Portanto, sim, é uma preocupação a Residência Estudantil e ninguém pretende ter os preços em Almada que conhece em Londres, certamente conhecida aliás, como uma das capitais mais caras do mundo.

Eu não me vou alongar muito mais, porque de facto, as questões foram muitas, mas dizer que relativamente às reclamações, o que a Câmara Municipal pretende fazer é fazer o que qualquer entidade deve fazer que é responder às reclamações. E havendo uma constância sobre uma matéria, tentar resolver definitivamente. Eu devo dizer que, o Portal das Reclamações é um instrumento muito importante inclusivamente para nós, é algo que até nos serve de alerta e agradeço sempre quando os munícipes nos alertam para os problemas. Portanto, não é algo que nos preocupe, permite-nos ver quando é uma reclamação pontual ou pelo contrário, quando é um problema estrutural que se repete.

Eu não vou voltar a falar de Cacilhas. Lamento sinceramente que a CDU tente fazer aproveitamento de uma situação que sabe perfeitamente que ultrapassa inclusivamente a possibilidade da Câmara Municipal e que a Câmara não pode resolver a substituir-se a uma entidade e uma administração para resolver o problema do Centro Paroquial de Cacilhas. Podem tentar disfarçar o que quiserem, mas essa é que é a realidade e sabem como já o comprovamos, que tudo tentamos e continuamos a tentar, para encontrar uma solução. Aproveitamentos políticos com crianças é algo que é sempre muito feio e que fica muito mal, mas os almadenses também já sabem fazer a distinção.”

6.4.2.12 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Primeiro vou abordar a questão dos Cataventos, dizer ao Senhor Deputado Municipal João Galdes, que o email que ele recebeu eu também recebi, eram seis da tarde, e que obviamente e no imediato, dei instruções para que se soubesse o que se tinha passado, mas entretanto, já consigo ter aqui inclusivamente algumas respostas para dar.

Aquilo que acontece e como sabem, o refeitório dos Cataventos da Paz, a comida é transportada da Escola Secundária de Cacilhas e houve uma avaria na hotte, e não foi possível fazer a refeição. Como não foi possível fazer a refeição foi uma refeição de recurso.

Generalizar não é bom, não convém. Aconteceu, já mudamos o transporte até porque é um bocadinho longe e conseguimos fazer de outra maneira, já mudamos o local de origem das refeições para serem transportadas. Portanto, entendemos que tudo entrará na normalidade, são coisas que acontecem, que todos nós que já lidamos com escola alguma vez na nossa vida, sabemos que as coisas acontecem. Não é por falta de planeamento, não é por nada disso, é porque acontecem coisas como estas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Também devo dizer que, abriram as aulas no dia 18, passou uma semana, é sempre uma semana atribulada e sabemos todos porquê. Porque inclusivamente, primeiro, os números que são dados de estimativa de frequência dos refeitórios, aquilo que temos este ano é que estão muitíssimo aumentados e depois há aqui outro pormenor, durante este tempo, também os Senhores Deputados Municipais sabem, que foi aprovado em reunião de Câmara, não há penalização nenhuma para quem não marca até se habituarem, para podermos dar refeições às crianças todas, porque eu não sei o que seria se o menino não marcou a refeição como diz a norma e não lhe desse-mos de comer, portanto, isso seria de facto, razão de queixa e com razão. Portanto, o número de refeições marcadas é muito diferente porque ainda não há penalização durante este mês, a penalização dos trinta cêntimos que nós sabemos que são normas dos refeitórios e portanto, o diferencial entre as refeições marcadas e as que depois aparecem para comer é grande. Portanto, eu acho que temos todos neste auditório sensibilidade para isto. Isto não implica que não vamos ver com maior pormenor o que aconteceu, mas já tenho aqui a explicação para aquilo que estava a ser feito numa generalização e que não é, foi um facto que aconteceu.

Relativamente ao Centro de Bem-Estar Paroquial de Cacilhas. Como sabem, em finais do ano letivo, e a última informação que dei é que o Centro Paroquial de Cacilhas estava a aguardar uma vistoria e uma autorização da Segurança Social, segundo ela e a seguir, contactaria a Câmara Municipal para se tivesse autorização de funcionamento da Segurança Social, dialogarmos sobre a continuidade do contrato de comodato que tínhamos com a instituição. A informação que eu tenho, e é bom que tenhamos a noção, de que não somos nós que gerimos o Centro Paroquial de Cacilhas, a informação que eu tenho escrita de quem é responsável pelo Centro, é de que, a Segurança Social não autorizou o funcionamento da instituição nas condições em que estava, e que iam pensar no futuro. Qual foi a nossa preocupação? Os trabalhadores e os alunos, não tínhamos dados dos trabalhadores que também não é suposto que nós tenhamos os dados dos trabalhadores por razões que se prendem com tudo e mais com o regime de proteção de dados. Mas não ficamos quietos, os meus serviços foram ao Centro Paroquial de Cacilhas, levar a informação de qualquer trabalhador, que tivesse com problemas fossem eles de que ordem fosse, a indicação dos centros de atendimento social que hoje são nossos, portanto, a informação toda ela e todo o apoio é dado pela Câmara Municipal, nos contactassem e alertamos os centros para que se aparecesse um caso especial relativo a trabalhadores do Centro Paroquial de Cacilhas, que fossem avisados. Portanto, têm que convir comigo que não podíamos fazer muito mais. Isto é, a instituição ia pensar o que é que ia fazer, temos ainda uma outra informação lateral, é que a Segurança Social terá tentado marcar duas ou três reuniões depois disto com o próprio Centro, e o Centro desmarcou as reuniões e as reuniões não se realizaram. Portanto, penso que a Câmara Municipal fez o que estava ao seu alcance, não é uma instituição gerida pela Câmara Municipal, mesmo assim preocupou-se, mas as consequências do que aconteceu e mesmo a informação, nem sequer nós a temos em primeira mão, sabemos-la indiretamente. Porque a informação que temos do centro é, a Segurança Social não autorizou e vamos pensar no futuro, ou vamos discutir no futuro. Portanto, não vos posso dizer mais nada do que isto, porque tenho a consciência tranquila de que os serviços se preocuparam e eu também, com aquilo que era a situação e que inclusivamente, para que não ficasse nada no vazio, fomos nós que nos deslocamos à instituição oferecendo aquilo que temos de apoio no Concelho para todos os municípios e também para aqueles, de acordo com as necessidades de cada um, porque é isso que hoje acontece nos centros de atendimento e apoio social de Almada, é que eles têm não só os apoios que estão previstos na transferência de competências da Segurança Social, como têm todos os outros que o Município dá através do Plano Almada Solidária. E, portanto, qualquer trabalhador que chegasse lá numa situação difícil, nós seríamos avisados e verdade é que até hoje não tivemos nenhuma informação dessas. Perguntei antes da reunião de Câmara não perguntei antes desta se havia alguma informação, e aquilo que me disseram é que não. Portanto, devo dizer-lhes que, que tenho a consciência de que fizemos aquilo que podemos e a instituição tomou a atitude que tomou e nós não temos que recriminar ou sobre isso tecer algum juízo de valor.”

6.4.2.12 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Regulamento de Toponímia que foi perguntado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, está finalizado, brevemente será agendado para reunião de Câmara.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente às questões da Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, denúncias, chegaram-nos mais de quarenta denúncias, nós já respondemos a boa parte delas, penso que a mais de vinte, temos ainda algumas para responder, mas temos feito um esforço e eu acho que é preciso reconhecer isso de ter uma resposta, uma atualização de informação constante.

Dados de esterilizações. Eu não tive conhecimento de nenhum problema pontual. Aquilo que posso dizer é que, só até ao final de agosto, em termos de recolha de animais, fizemos trezentas e oitenta e nova, mais do que em todo o ano de 2022; adoções de animais, trezentas e setenta e três, mais do que durante todo o ano de 2022; esterilizações de animais, setecentas e oitenta e duas, mais do que no período homólogo de 2022. Portanto, achamos que serviço está a trabalhar. Se o ano passado já tinha havido um aumento substancial em termos de resultados produzidos, este ano tem feito um trabalho ainda mais satisfatório.

Relativamente aos parques de matilhas, estamos a planear contruir dois parques de matilhas já para tentar responder a esse problema.

Relativamente ao cheque veterinário, ele está em fase final de implementação, já está no circuito interno para também agendamento.

Por último respondendo ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, relativamente às atribuições de espaços, cedências aos clubes. O critério é o Regulamento de Atribuição de Espaços já existente. A pergunta concreta que me fez, a variação entre a atribuição inicial nesta época desportiva e a final, atribuímos mais quarenta horas a clubes, portanto, neste mês de setembro, entre aquilo que foi a atribuição inicial e a atribuição final, houve três clubes que ficaram com menos horas mas foi muito residual, e houve dez clubes que aumentaram o número de horas.

A verdade é que a Câmara Municipal nos últimos dois anos atribui mais horas a mais clubes e a mais modalidades, em 2022 aumentamos em cerca de 20% o número de horas cedidas relativamente a 2021, e neste ano 2023 aumentamos em quase 25% relativamente a 2022. Portanto, é um valor muito substancial de horas cedidas aos clubes, obviamente, achamos que a favor da prática desportiva, da formação muito importante e é um esforço muito grande que o Município está a fazer, porque como sabem os espaços que nós temos a mais da escolas neste momento, tem de ser onerosos, nós não honoramos aos clubes, mas temos que colocar o dinheiro num fundo de manutenção das escolas, portanto a Autarquia é uma opção, é um investimento é um apoio que é dado aos clubes. Mas achamos que é muito bem."

6.4.2.13 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu anotei duas questões que penso que importa responder.

Uma delas e em primeiro lugar, só queria perceber se ouvi bem, se o Deputado Municipal Luís Palma com toda a estima e amizade, falou em abandono do cemitério de Vale Flores, se foi essa a expressão? Foi isso que eu percebi, mas às vezes a distância pode levar a ter percebido um bocadinho mal a semântica ou a palavra, mas não sei se foi abandono? Abandono de algumas campas.

Em relação ao cemitério eu acho que é fundamental se perceber qual é o ponto de partida e o que é que tem sido feito. A questão do abandono parece-me claramente excessiva. Nós sabemos que há um problema de raiz e vem desde a origem do cemitério. Há um regulamento que prevê que ele seja um cemitério jardim, que já não é há décadas. Portanto, aquilo que o serviço tem feito e neste momento está pronto para discussão em executivo e para consulta pública, é um novo regulamento que começa de uma vez por todas resolver o problema estrutural. Que leva a que necessariamente, num cemitério com 14 hectares seja fundamental ter equipas operacionais, permanentemente a intervir dentro das regras com o atual regulamento nos constrange. Mas o que é certo, é que não só reforçamos os meios humanos, reforçamos as prestações de serviços de manutenção dos espaços comuns, que eu diria que, meçam e comparam perfeitamente com grandes parques urbanos que nós vemos aí não só no país mas até pela Europa, e até reforçamos os indicadores de atividade, não só por exemplo, no forno crematório como também nos atos do próprio cemitério com uma nuance



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

também e há pouco aqui foi dito, ainda há poucas semanas abrimos mais quatrocentos ossários para resolver também um problema que é recorrente, fruto da circunstância do cemitério. Portanto, eu percebo que às vezes quando tratamos os nossos entes queridos, às vezes há um exacerbar de situação, mas daí a falar de abandono parece-me claramente excessivo e só quem não conhece o dia a dia do espaço, até com os investimentos que têm sido feitos, e que estão projetados, é que pode eventualmente se deixar a levar pela expressão. Portanto, ainda bem que se falou depois e corrigiu a questão, são algumas campas, efetivamente com o regulamento que temos é um problema que temos de resolver de forma estrutural.

A segunda questão que foi colocada pela Deputada Municipal Margarida Paulos, que também aproveito para cumprimentar, é a questão do Parque da Paz e da situação dos patos que gerou algum alarme e que nós desde o início procuramos acompanhar. Em primeiro lugar, porque nós sabemos que aquele espaço é efetivamente utilizado por aves migratórias e podia haver alguma situação porque nalguns casos estamos a falar até de Gansos do Egito, que podem trazer alguma situação que gere algum surto. Portanto, isso foi despistado, foi criado também um grupo de monitorização e de intervenção, que envolveu vários serviços municipais, não só a gestão do Parque, o Serviço Veterinário e também o Provedor, mas também a área de ambiente para se desenrolar uma série de iniciativas, em primeiro lugar, que nós estabelecemos imediatamente que foi reforçar a intervenção no lago, porque nós sabemos que o lago não é propriamente um lago tradicional, estamos a falar de uma bacia de retenção da cidade e, portanto, há confluências de detritos, resíduos que vão parar à bacia de retenção, portanto era fundamental reforçar a intervenção, despistar se havia algum surto e eu tive o cuidado de responder diretamente a utentes seja nas redes sociais, seja por telefone, para despistar, porque uma das questões que também foi logo analisa era se havia ali alguma situação da gripe das aves, que pudesse haver algum contágio, foi despistado e neste momento foi feito um conjunto de bateria de análises mais exaustivo pelos SMAS, estamos a aguardar alguns dados e alguns resultados mais definitivos, para definir quais são algumas intervenções, sendo que algumas são necessariamente estruturais naquilo que é a ligação dos canais à bacia, para tentar prevenir situações apesar de neste tipo de aves migratórias poder voltar a suceder. Portanto, tentamos minimizar com um conjunto alargado de intervenções dos serviços e do Provedor que eu também gostaria de assinalar.”

6.4.2.14 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que se esperava da Câmara Municipal de Almada, é que não tivesse posto em causa o contrato de comodato o que teria dado mais tempo e melhores condições ao Centro Social e Paroquial para que encontrasse a solução necessária junto da Segurança Social.

Já agora Senhora Presidente, permita-me que lhe diga, não é democrático que críticas ao vosso trabalho, a Senhora recorrentemente, responda com o aproveitamento político da parte da força política que a critica.”

6.4.2.15 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Rita Magalhães, eu não vou aqui voltar a fazer todo o histórico. Agora eu não posso é aceitar, que voltem a dizer que foi uma vontade da Câmara Municipal e que a Câmara Municipal atempadamente não tentou resolver os problemas. E até por respeito para com a instituição, mas sobretudo por respeito aos pais e às crianças e aos trabalhadores dessa instituição, não vou voltar a fazer aqui o histórico. Agora não posso é aceitar, que a CDU para tentar ter algum benefício político na crítica sistemática à ação da Câmara Municipal, omite aquilo que já sabe, que já conhece, que até penso inclusivamente, a própria Senhora Deputada Municipal esteve presente numa reunião de Câmara e ouviu todo o detalhe, tudo o que foi feito, tudo o que foi proposto até aquilo mesmo que a Senhora Vice-Presidente aqui mesmo lembrou. Não foi a Câmara Municipal, o problema em nada, estritamente nada, é da responsabilidade do Município. Se continuar a insistir, claro que pode, fá-lo, mas toda a gente deve saber que não corresponde em nada à realidade. E volto a reiterar, é aproveitamento político, porque não é uma crítica é uma falsificação da realidade.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.2.16 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Retomando a questão da ERSAR e do parecer que a ERSAR deu relativamente ao tarifário, eu vou ler rigorosamente o que está escrito no parecer da ERSAR que é a Entidade Reguladora. E depois a Senhora Presidente me dirá, textualmente como disse há pouco, que não pode tomar decisões diferentes das recomendações da ERSAR. Eu vou ler o que está escrito pela própria ERSAR:

“A entidade gestora deve adotar as medidas adequadas a conformar as conclusões e recomendações acima mencionadas. Saliente-se que, nos termos do artigo (e não vou ler a Lei) de 6 de março, as entidades circulares ou as gestoras que tomem decisões desconformes com as decisões, recomendações, pareceres ou instruções da ERSAR, ficam obrigadas ao dever de fundamentação expressa da decisão, com exposição circunstanciada dos fundamentos de facto e de direito, que justificam a motivação do ato”.

Melhor do que isto eu penso que é impossível. É a própria Entidade Reguladora, que admite que as entidades gestoras possam não cumprir as suas orientações. E é muito fácil justificar fundamentadamente, essa decisão, é uma decisão política e é uma decisão de benefício das populações, que é uma obrigação primeira do Município em qualquer Município.”

6.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município à Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES)”;

6.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhores Deputados Municipais, eu penso que a proposta é bastante clara. A ADREPES é uma Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal e é uma Associação de direito privado sem fins lucrativos e que tem como objetivo a promoção e a realização do desenvolvimento da Península de Setúbal.

Promove o desenvolvimento integrado no meio rural, costeiro e urbano, nas vertentes económica, social, cultural e ambiental, através de programas nacionais da União Europeia e cofinanciamentos.

Das três áreas de ação rural, costeira e urbana, do Município de Almada, apenas se inclui territorialmente, no rural, costeiro, que inclui financiamento de três fundos. Importa lembrar que a ADREPES gere algumas das candidaturas dos fundos de financiamento europeus. O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, o Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional, e o Fundo Social Europeu Operacionalizados através do Programa Operacional Mar 2020 e o Programa Operacional Regional Lisboa 2020. Naturalmente, haverá os novos programas e a ADREPES aí também vai participar.

Devo dizer que já no passado houve candidaturas já apresentadas por Almada e trabalhadas, apresentadas junto da ADREPES. Mas a realidade é que Almada nunca fez parte da Associação. Há muito tempo que tem relações com a ADREPES, houve candidaturas que Almada apresentou via ADREPES e que teve há muitos anos e, portanto, a própria direção da ADREPES veio perguntar se Almada não queria oficializar a sua adesão.

Foi essa proposta que levamos a reunião de Câmara e que mereceu o voto favorável e que naturalmente agora deve ser reconfirmada aqui nesta Assembleia Municipal, uma entidade que penso que muito de vós conhecem, conhecem a seriedade e a competência e o apoio que já tem dado ao Município de Almada.

Ao aceitar os estatutos que constituem a Associação e naturalmente também o pagamento de quota, estamos a falar de 1200.00€ (mil e duzentos euros) cujo valor é definido pela Assembleia Geral a pagar após o visto do Tribunal de Contas. Uma adesão a uma associação deste tipo deve ir a Tribunal de Contas.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.5.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria com 36 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito Independente; e 1 abstenção da eleita do PAN, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, aprova a adesão do Município de Almada à Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES), nos termos da alínea n), do nº 1, do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 17 de julho de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-119-GP.

6.6 – Entrou-se nos pontos 3.6 e 3.7 da ordem de trabalhos, relativos à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Pragal, por um período de dois anos” e “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Monte de Caparica, por um período de dois anos”, conforme consensualizado em reunião da Conferência de Representantes;

6.6.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que não há muito mais a dizer do que aquilo que a própria proposta contém.

Os Senhores Deputados Municipais conhecem as ORU,s o prazo chegou ao fim. Estas ORU,s terão que ser revistas depois não só finalizado o prazo, após a aprovação final do nosso Plano Diretor Municipal, só poderão ser prorrogadas também redefinindo os limites, portanto creio que as propostas são claras e simples e que não levantam grandes questões, mas caso haja alguma dúvida, naturalmente poderemos esclarecer.”

6.6.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta do ponto 3.6 sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Pragal, por um período de dois anos, aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a prorrogação do prazo de vigência da ORU do Pragal, por um período de dois anos, nos termos do nº 2, do artigo 20º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aditado ao Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 8 de agosto de 2023, que aprovou a proposta Nº 2023-375-DPMERU.

6.6.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta do ponto 3.7 sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Monte de Caparica, por um período de dois anos, aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a prorrogação do prazo de vigência da ORU do Monte de Caparica, por um período de dois anos, nos termos do nº 2, do artigo 20º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aditado ao Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 8 de agosto de 2023, que aprovou a proposta Nº 2023-376-DPMERU.

6.7 – Entrou-se no ponto 3.8 e 3.9 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda (26 de setembro de 2021 a 25 de setembro de 2022)” e sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal (22 de agosto de 2021 a 21 de agosto de 2022”, conforme consensualizado em Reunião de Conferência de Representantes;



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

6.7.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.7.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Á semelhança das duas anteriores, estamos a falar de Relatórios de Monitorização, também são claros, devidamente validados pelos técnicos competentes, penso que aqui também não há grandes questões a colocar. No entanto, se os Senhores Deputados Municipais tiverem alguma dúvida estarei ao dispor.”

6.7.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta do ponto 3.8 sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda (26 de setembro de 2021 a 25 de setembro de 2022)” aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Sobreda e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 3 de julho de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-251-DRU

6.7.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta do ponto 3.9 sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal (22 de agosto de 2021 a 21 de agosto de 2022)”, aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana do Pragal e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 8 de agosto de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-280-DRU.

7. Tendo sido concluída a agenda da sessão, sendo cerca das 23H50, deu-se por concluída a Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as Filipe Pacheco, Débora Figueiredo Rodrigues, Gabriel Machado Rosa, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António José Matos, Helena Manuela Azinheira, Mara Rita Silva Martins e Filipa Lourenço Cruz.

9 – Foi verificada a presença de cerca de quinze munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____